

Aliança pela Água de São Paulo

Desde o início de 2014, São Paulo vive a maior crise hídrica da sua história. Mais de 60 municípios enfrentam a falta de água e o racionamento já atinge milhões de pessoas. Reservatórios e rios encontram-se em níveis críticos nas Bacias do Rio Tietê e Rio Piracicaba e as previsões climáticas para os próximos meses não são animadoras.

O que causou essa situação crítica pode ser resumido em quatro fatores: a) ênfase dos governos na retirada de mais água, e não no uso racional desse recurso; b) desmatamento nas áreas de mananciais e poluição das fontes de água em quase todo o Estado; c) seca extrema e déficit de chuvas, em especial no Sistema Cantareira; d) pouco espaço de participação da sociedade e falta de transparência na gestão da água. O quadro complicou-se ainda mais devido à resistência dos governos em tomar medidas impopulares em um ano eleitoral.

A ciência indica que a tendência desse tipo de crise é de agravamento, em virtude das mudanças climáticas globais, já sentidas no Brasil e no estado de São Paulo. As populações mais pobres e vulneráveis não podem ser vitimizadas e será necessário investir em adaptação para evitar danos sociais maiores.

Em setembro de 2014, o Instituto Socioambiental (ISA) deu início ao projeto Água@SP, com o objetivo de mapear atores e propostas que contribuam para lidar com a crise da água em São Paulo. O mapeamento foi realizado em parceria com a organização Cidade Democrática e contou com o apoio de quase 30 organizações.

A pesquisa teve a adesão de mais de 280 especialistas de 60 municípios que propuseram 196 ações de curto prazo e 191 de longo prazo, além de apontarem mais de 300 iniciativas inspiradoras para a gestão da água em São Paulo. Os resultados do mapeamento foram discutidos e aprofundados em encontros e no trabalho em rede.

Reconhecendo que a crise é resultado de uma combinação de diferentes fatores e que só será possível superá-la com o engajamento dos governos e da sociedade civil, as organizações que participaram do mapeamento se uniram para formar a **“Aliança pela água de São Paulo”**. Trata-se de uma coalizão de sociedade civil para contribuir com a construção de um plano de segurança hídrica em São Paulo, por meio da coordenação das várias iniciativas já em curso e da interlocução com o poder público.

As Instituições que compõem a Aliança pela Água defendem a cooperação, uma nova cultura de água e paz com base na promoção da conservação e uso racional de um recurso natural que é estratégico e fundamental à vida e à estabilidade social e econômica. A Aliança apresenta-se como co-responsável e oferece ajuda na busca e construção de soluções sustentáveis para superação dos desafios atuais relacionados à água.

Três princípios compartilhados pelas organizações da Aliança pela Água

1 - Água não é mercadoria, mas um bem essencial à vida e o acesso à água potável é um direito humano. As empresas que operam os sistemas de saneamento, sejam elas públicas, mistas ou privadas, são apenas concessionárias cujos imperativos comerciais não podem se sobrepor ao interesse público;

2 - Todos os níveis de governo têm responsabilidades sobre a água e estão a serviço da população, que deve ser devidamente consultada, informada e servida. A sociedade civil tem o direito de opinar e participar das decisões sobre a gestão da água não apenas por meio de seus representantes nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O sistema atual de governança da água (agências reguladoras, comitês de bacias, departamentos e órgãos estatais) deve ser aprimorado no sentido de dar mais peso aos atuais representantes dos usuários já presentes nessas instâncias e de ampliar radicalmente a representação da sociedade civil;

3 - As soluções propostas para enfrentar a crise devem obrigatoriamente incluir recuperação e recomposição das fontes de água existentes, restauração florestal e de paisagem, ampliação e manutenção de parques e áreas protegidas, além de pagamentos por serviços ambientais. Ações para diminuir consumo em diferentes escalas, como programas de economia, reúso, captação de água de chuva e redução nas perdas do sistema também são fundamentais.

Metas a serem alcançadas pela Aliança

META DE CURTO PRAZO: Contribuir para a definição de um nível seguro para os reservatórios e a construção de um plano de contingência que garanta este nível seguro e permita enfrentar a presente escassez de água e a provável insuficiência de oferta ao longo do próximo ano, a ser reavaliado em abril de 2015 (final do período chuvoso).

META DE LONGO PRAZO: Implantar um novo modelo de gestão da água, que garanta um futuro seguro e sustentável para os moradores da Região Metropolitana de São Paulo, sem comprometer habitantes de outras regiões do estado e do país.

Agenda Mínima

A Aliança pela Água de São Paulo propõe inovação na gestão e enfrentamento da crise da água: ação compartilhada, co-responsável, baseada no engajamento e no diálogo entre diferentes segmentos da sociedade e de governo e ampla produção e disseminação de informação a todos os interessados. A coalizão reúne organizações plurais, o que enriquece o debate e amplia alcance para construção de soluções mais eficientes. Essa Agenda Mínima é o núcleo que vai permitir que instituições independentes entre si unam esforços e multipliquem o resultados de suas iniciativas.

As propostas levantadas no mapeamento Água@SP a serem debatidas nos próximos meses podem ser vistas como aprofundamento das linhas gerais de ação da Agenda Mínima:

5 propostas urgentes para a crise atual

(necessárias para alcançar a meta de curto prazo)

1. Instalação imediata de comitê de gestão da crise e salas de situação

Pedimos ao governo paulista que instale um comitê de gestão da crise, com ampla participação da sociedade e das prefeituras afetadas pela escassez. Este comitê lideraria o processo de construção de um plano de contingência para a atual crise. Sugerimos ainda a criação de salas de situação, espaços físicos nas maiores cidades de cada região afetada, que reúnem em um mesmo local, enquanto durar a crise, os atores responsáveis pela gestão local da água.

2. Ampla acesso a informação

Solicitamos que os governos federal, estadual e municipais, além das concessionárias de água, ampliem suas campanhas de informação e adotem mensagens mais claras e frequentes quanto à importância da redução do consumo de água, captação de águas da chuva e armazenamento seguro em situação de emergência.

Exigimos que o governo estadual divulgue e garanta amplo acesso da população sobre locais e horários com maior risco de falta de água (“acionamento não oficial”) e que o governo estadual e a Sabesp trabalhem de forma integrada e coordenada com as prefeituras. Devem divulgar, ainda, um plano de ação emergencial, que mostre como vão garantir o abastecimento caso a estiagem se agrave.

3. Redução do consumo de água em diferentes escalas e com definição de metas por tipo de uso e faixas de consumo

Recomendamos que o governo estadual, agências reguladoras e municípios estabeleçam multas para o desperdício de água e usos abusivos da água, com metas de redução de consumo por unidade consumidora.

Cobramos dos governos estadual e municipais, além das concessionárias de água, que intensifiquem as medidas pela redução do consumo, uma vez que as medidas atuais ainda são insuficientes frente a gravidade da crise.

Propomos que o governo federal (ANA) e estadual (DAEE), com a participação dos comitês de bacia, façam uma moratória de outorgas de forma a garantir reposição de águas subterrâneas, envolvendo os representantes de grandes consumidores

Recomendamos que o governo estadual e as associações empresariais definam metas voluntárias e, quando necessário, obrigatórias, para a redução do consumo por parte de indústrias e serviços que consomem grandes volumes de água.

4. Garantia de água em situação de emergência e de forma segura para a saúde da população

Propomos que o governo estadual, por meio de órgãos como Cetesb/DAEE/Vigilância Sanitária e os governos municipais, divulguem, o quanto antes, as listas de fornecedores de água de caminhão pipa devidamente outorgados e em situação de regularidade sanitária.

Recomendamos que seja feito o mapeamento de possíveis situações de perfuração de poços, nascentes e bicas para uso de abrangência coletiva na escala de bairros e subprefeituras, envolvendo governos, de forma compartilhada e transparente.

5. Incentivo a novas tecnologias

Propomos aos governos federal, estadual e municipais que reforcem imediatamente os programas de incentivo à instalação de equipamentos que permitam economia de água no uso doméstico, comercial e industrial, e as exigências de uso racional da água em novas obras e reformas, públicas e particulares. O uso desse tipo de equipamento e dessas medidas devem tornar-se mandatórias através de políticas públicas as serem aprovadas em curto espaço de tempo, com consulta à sociedade.

Cinco propostas para o médio e longo prazos, com início imediato:

1. Transição para um novo modelo de gestão da água

Recomendamos a revisão do Plano Diretor da Macrometrópole, com ampla participação dos comitês envolvidos e sociedade, de forma a ampliar ações de recuperação de mananciais, incorporar a dimensão das mudanças climáticas, e avançar no uso racional e reuso da água de forma a diminuir a necessidade de implantação de novas fontes de água.

2. Adaptação climática

Cobramos dos governos federal, estadual e municipais que apresentem planos de adaptação a extremos climáticos, como novas secas atípicas, e a mudanças mais duradouras nos padrões climáticos. E que promovam amplo processo de discussão sobre a provável influência de desmatamento em locais distantes dos centros urbanos consumidores de água, visando integrar medidas na esfera nacional. A adaptação também pressupõe recuperar e conservar ecossistemas e paisagens relevantes e construir soluções de realocação de população em áreas de risco, dentre outras. Um plano de adaptação à mudança do clima, na região metropolitana de São Paulo, faz-se urgente e necessário.

3. Imediata recuperação e proteção dos mananciais

Cobramos dos governos estadual e municipais a apresentação de propostas para a imediata recuperação e proteção dos mananciais. Conscientes do déficit habitacional existente, pedimos aos governantes que debatam com a sociedade e se comprometam com medidas para conciliar o atendimento das justas demandas por mais moradia com a conservação das áreas ao redor de represas.

Pedimos ainda que seja feito o debate com a sociedade e setor elétrico sobre a incorporação da Billings como manancial de abastecimento de água para a RMSP.

Propomos aos governos estadual e municipais que apresentem uma política imediata de restauração de áreas degradadas e Áreas de Proteção Permanente (APPs) nas regiões de mananciais. Convidamos empresas e moradores instalados nessas regiões a participarem dessas ações, oferecendo áreas para restauração e buscando apoio técnico para a restauração dessas paisagens.

Demandamos aos governos estadual e municipais que estabeleçam e implementem programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) para recompensar quem mantenha, em suas propriedades, a floresta e ecossistemas bem protegidos, ou restaure os mesmos..

4. Coleta e tratamento de esgotos e despoluição dos mananciais e rios urbanos

Exigimos dos governos estadual e municipais que promovam ações para acelerar as obras de urbanização, a retirada de população de fundos de córrego, a implantação de parques e áreas protegidas, a instalação de coletores de esgotos e estações de tratamento.

Pedimos o debate sobre as alternativas técnicas para adoção de tratamento descentralizado de esgotos, reúso da água das ETEs e piscinões.

5. Concessão e regulação do saneamento com foco no consumidor e redução de perdas

Recomendamos aos municípios que realizem a revisão e aprimoramento de contratos de concessão de serviços de saneamento e arranjos de regulação do serviços.

Demandamos dos governos estadual e municipais, além das concessionárias de água, que apresentem e executem um plano de redução significativa das perdas de água ao longo da rede, seja por vazamentos ou desvios irregulares na distribuição. Os governos e concessionárias devem mostrar metas numéricas de redução das perdas e de investimentos necessários para alcançar esses objetivos.

Linhas de atuação conjunta

As organizações da Aliança pela Água de São Paulo vão atuar juntas em três frentes.

- 1) Produção e divulgação de informações sobre o contexto da crise, seus possíveis desdobramentos e suas soluções;
- 2) Mobilização da sociedade e dos governos para a construção conjunta de soluções;

3) Engajamento de atores para a construção de um pacto pelas água de São Paulo.

Prioridades de ação nesse momento

1. Transparência para lidar com a crise: nível seguro e plano de contingência
2. Redução de consumo em diferentes escalas e alternativas de reuso e captação segura
3. Cuidar das fontes de água já